

## Notas e informações

## Em defesa do Congresso

O presidente Flávio Marcílio disse estar satisfeito com os resultados dos dois primeiros dias de funcionamento da nova legislatura. E justifica sua satisfação por se ter demonstrado de maneira inequívoca que o Regimento Interno está à altura dos fatos que tumultuaram as duas sessões. É um ponto de vista respeitável, especialmente quando se sabe que foi apenas a intervenção rigorosa da Mesa que impediu se transformasse — sobretudo na sessão de quinta-feira — a Câmara dos Deputados num recinto próprio para tudo, menos para o exercício do Poder Legislativo.

Na quarta-feira, a Câmara dos Deputados e, quinta-feira, igualmente o Senado foram palco de incidentes provocados não pelo ardor do debate sobre temas doutrinários ou de interesse nacional, nesta hora que deveria ser de conciliação, mas pelo interesse de alguns em confundir órgãos do Estado com as pessoas que exercem, neles, funções de chefia, ou então julgam dever atender às exigências de seus eleitores, fazendo, da tribuna da Câmara, "palco iluminado" para *show* histriônico; em matéria de política, o que se falou em seguida à reprimenda da Mesa cabia em comício de arraial. Não só isso. Exibem-se, alguns deputados de oposição, com face diversa da que ostentaram quando pleitearam os votos dos que acreditam no processo democrático. Não tentaram, dois parlamentares do PMDB, agredir um representante do PDS paraense (cuja conduta, em episódios anteriores, profligamos) pelo simples fato de que defendia com veemência verbal dois generais do Exército, que haviam sido superiores seus?

O deputado Agnaldo Timóteo — que integra o que se poderia chamar o grupo folclórico do brizolismo — e os deputados Bastos Soares e Paulo Zarzur deram clara demonstração de imaturidade política e irresponsabilidade cívica. Não tiveram sensibilidade para perceber que o Congresso Nacional não

é instituição para exibir força física, nem, tampouco, dotes artísticos. No caso do "cantor romântico" ou "seresteiro" (conforme se prefira a versão do próprio, ou a do ministro Jardim de Mattos), faltou consciência de que a prova da ascensão social e política pela via eleitoral — *prova indiscutível da existência de um clima de democracia no País* — dá-se pelo exercício digno e íntegro da função, e não pela tentativa consciente de fazer, da tribuna, palco para exibir-se como artista, ou manifestar sentimentos de respeito filial e de agradecimento à genitora pelos sacrifícios por ela feitos para que pudesse chegar até Brasília.

Que a patativa do grupo folclórico do brizolismo em Brasília renegue sua participação no movimento de março de 1964 é um ato político que cabe ostentar na tribuna — onde, afinal, os representantes do povo assumem atitudes para justificar os votos que obtiveram. Não, porém, transformar a tribuna em palco, ou fazer do plenário um ringue. "Em tempo de juriti, cada um cuide de si" — reza o ditado nordestino, de que veteranos políticos sempre lançavam mão para dizer que, em momentos delicados, cada um deve cuidar de onde pisa, mantendo-se dentro das normas de comportamento. Regimental — acrescentaríamos. Pois não há como evitar a pergunta: seriam essa irresponsabilidade e essa imaturidade apenas expressão de candura (e má educação política), ou traduziriam o desejo de tumultuar o ambiente, rebaixar a imagem do Congresso, dar a impressão de que, ante sua pouca serventia, já que a Constituição autoritaria, de fato, lhe retirou muitos poderes, melhor seria transformá-lo em palco de exibições?

Não se imagine que nossa preocupação se concentra nesses dois truculentos e num cantor romântico: mais grave do que a atitude do sr. Agnaldo Timóteo é a dos deputados que aplaudiam sua diatribe contra o governo,

vinda em seqüência ao gesto popularesco. Esse aplauso consagrou a tentativa de desprestigiar o Regimento e reduzir a imagem da Câmara. Nesta ligação, inconsciente sem dúvida, está todo o drama do processo que se iniciou a 1ª de março, com um pedido de trégua (possivelmente unilateral) imediatamente rejeitado sem maior exame: os membros do Congresso não dão a ele o valor institucional que tem, ao demonstrar que não respeitam as formas regimentais de atuação parlamentar.

Se o sr. Timóteo tinha 19 anos em 1964, seguramente não terá memória para outros episódios políticos anteriores a esse. Não se lembrará de como o Congresso só evitou a desmoralização completa no escândalo provocado pelo sr. Barreto Pinto porque lhe cassou, regimentalmente, o mandato; não se recordará de que o Congresso perdeu prestígio como instituição quando, ao arrepio da Constituição, declarou impedidos de governar dois presidentes da República, legitimamente eleitos, em 1955, sob a pressão dos tanques do general Teixeira Lott; nem muito menos do agravo maior que o ex-ditador cometeu contra o País e o Congresso, recusando-se a assinar a Constituição de 1946, sem por isso sofrer pena ou reprimenda.

Os políticos novos desta nova legislatura podem estar imbuídos da melhor das intenções, que é construir a democracia. Não farão jus a seus intentos, no entanto, desmoralizando a instituição que representa a democracia, nem dando pretextos aos que longe dela estão à espera do acúmulo de fatos para provar à opinião pública, abalada pela crise econômica, a inutilidade (moral) de um órgão político da magnitude do Congresso Nacional. Resta saber se os truculentos e a patativa agiram dessa forma atendendo a um impulso natural ou o fizeram por estar a serviço, mesmo que inconscientemente, dos que conspiram contra a democracia.